

Pós-graduação em Direito e Interioridade





Pós-graduação em Direito e Interioridade





Pós-graduação em Direito e Interioridade





Pós-graduação em Direito e Interioridade





Pós-graduação em Direito e Interioridade





Pós-graduação em Direito e Interioridade

- O contrato deve situar-se no âmbito das atribuições e competências das autarquias (princípios da competência e da especialidade)
- Não pode atribuir ao Estado poderes de controlo que não se reconduzam aos que a Constituição e a lei atribui (tutela de legalidade), sob pena de violação da autonomia local;
- Alexandra Leitão dá o exemplo das reservas de aprovação do Estado ou obrigação de tomada conjunta de decisões de acordo com as normas de competência pertencem exclusivamente ao município
- ... configurar *transferências da titularidade* (em ...) ou *do exercício* (excepto se existir habilitação ... , nos termos gerais da Constituição e da lei) ... próprias (princípio da *indisponibilidade* da ... legalmente atribuída)

